

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX – Nº 1.642 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 17 DE FEVEREIRO DE 2003

REABERTURA DO CONGRESSO

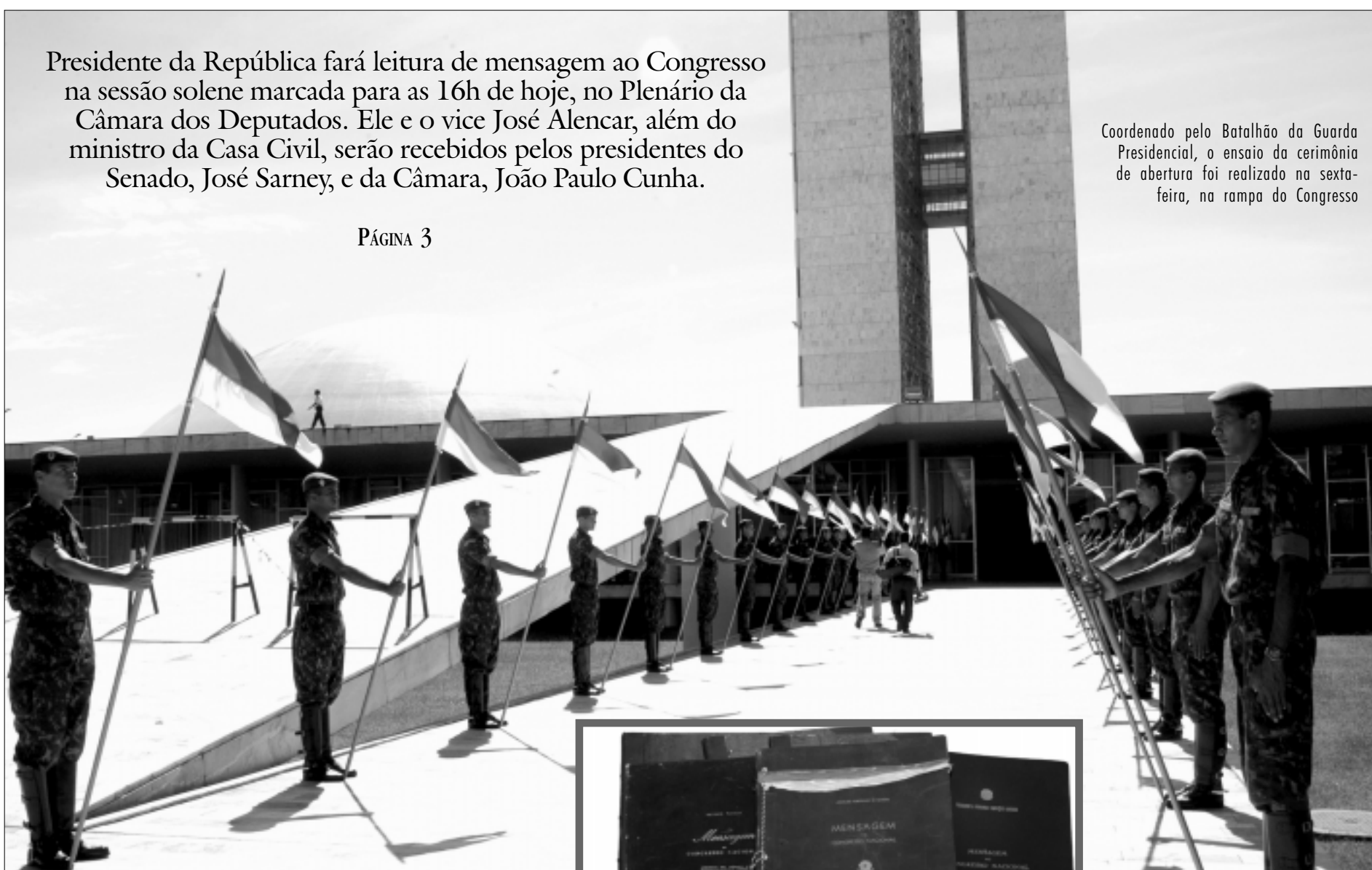
Sarney preside sessão solene, que terá a presença de Lula

Presidente da República fará leitura de mensagem ao Congresso na sessão solene marcada para as 16h de hoje, no Plenário da Câmara dos Deputados. Ele e o vice José Alencar, além do ministro da Casa Civil, serão recebidos pelos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, João Paulo Cunha.

PÁGINA 3

Coordenado pelo Batalhão da Guarda Presidencial, o ensaio da cerimônia de abertura foi realizado na sexta-feira, na rampa do Congresso

Fotos: Raque de Sá



**Mensagens começaram
com as "Falas do Trono"**

PÁGINA 3



No Arquivo do Senado está o maior acervo das mensagens originais, desde o Império. A mais antiga, de 1826, é assinada por dom Pedro I

Plenário discute na quarta o fim do voto secreto no Congresso

PÁGINA 2

Plenário discute fim do voto secreto no Legislativo

Duas propostas de emenda constitucional e quatro projetos renovando concessões de emissoras de rádio estão na pauta da primeira sessão deliberativa deste ano, marcada para quarta-feira, às 14h30

A primeira sessão deliberativa do Senado Federal nesta legislatura, marcada para quarta-feira, com início às 14h30, já tem pauta definida, com sete proposições. Antes disso, o Senado realiza sessão amanhã, mas destinada a leitura de comunicações e pronunciamentos dos senadores, sem caráter deliberativo.

Duas propostas de emenda à Constituição (PECs) terão a quarta sessão de discussão em primeiro turno na quarta-feira. Uma delas é a PEC do senador Tião Viana (PT-AC) que determina o fim do voto secreto nas decisões sobre perda de mandato de deputado ou senador. A matéria recebeu substitutivo, que tem preferência regimental, apresentado pelo então senador José Eduardo Dutra, propondo a extinção de todas as votações secretas no Congresso Nacional.

Regras para fixação do teto do

benefício concedido aos aposentados pelo Regime Geral da Previdência Social (RGPS) são o objetivo da PEC apresentada pelo ex-senador Mauro Miranda. A matéria recebeu substitutivo do então senador Waldeck Ornêlas determinando que o limite máximo seja expresso em reais e fixado em lei, devendo ser reajustado na mesma época e pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do RGPS, de forma a preservar seu valor real. Conforme o substitutivo, até que a lei discipline a matéria, o teto deverá ser de R\$ 2 mil.

As duas PECs estarão prontas para ser votadas em primeiro turno a partir da sessão de quinta-feira. Se aprovadas, tramitarão em segundo turno, durante três sessões, sendo então novamente submetidas a votação. Para aprovação, exige-se, nos dois turnos, pelo menos 49 votos favoráveis.

Os senadores também vão votar

requerimento, apresentado pelo então senador Francelino Pereira, para que três PECs, introduzindo novas regras para a suplência dos senadores, tramitem conjuntamente. As PECs foram apresentadas pelo senador Tião Viana e pelos ex-senadores Paulo Hartung e Sérgio Machado.

Quatro projetos de decreto legislativo autorizando o funcionamento de emissoras de rádio concluem a relação da ordem do dia de quarta-feira. Três se referem à renovação de concessão em onda média beneficiando as fundações Bom Jesus de Cuiabá

(MT); Dom Joaquim, de Tefé (AM); e Espírita André Luiz, de Guarulhos (SP). Para a Fundação Dom Eduar-



Célio Azevedo

Senado realiza a primeira sessão plenária amanhã e começa a deliberar na quarta-feira, com uma pauta de sete itens

do Duarte Silva, de Uberaba (MG), será votada outorga de permissão em frequência modulada.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 17 DE FEVEREIRO DE 2003

Presidente
José Sarney

15h30 – Cerimônia militar por ocasião da inauguração da 1ª sessão legislativa ordinária da 52ª Legislatura
16h – Sessão solene destinada à inauguração da 1ª sessão legislativa ordinária da 52ª Legislatura. Plenário da Câmara dos Deputados

CONGRESSO

16h – Sessão solene de instalação da 1ª sessão legislativa ordinária da 52ª Legislatura. Plenário da Câmara dos Deputados

ESPECIAL

14h – Conselho de Comunicação Social
Pauta: discussão sobre radiodifusão comunitária, regionalização e qualidade da programação; Medida Provisória nº 70/02, que trata da participação do capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora; projeto de lei do Senado, de autoria do então senador Francisco Escórcio, que trata do serviço de TV por assinatura para incluir canal reservado ao Tribunal de Contas da União (TCU); projeto de lei, do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que trata do serviço de TV por assinatura; e palestra do conselheiro Jorge da Cunha Lima sobre o tema "A televisão pública e o vácuo de legislação". Ala Senador Nilo Coelho – Sala 6

Senadores examinam várias propostas de emenda à Constituição

O Plenário do Senado poderá iniciar esta legislatura com a continuação do exame de várias propostas de emenda à Constituição (PECs), além das duas já incluídas na pauta de quarta-feira (veja matéria acima). A Secretaria Geral da Mesa está organizando a relação de matérias para inclusão na ordem do dia das primeiras sessões deste ano.

Algumas PECs já estão com tramitação avançada, a exemplo da proposta do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) que reserva 0,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para aplicação em instituições federais de ensino superior da Ama-



Valadares quer incluir alimentação entre os direitos sociais

zônia. A matéria deverá ser votada em segundo turno.

Aguarda também votação em segundo turno a proposta de emenda constitucional do ex-senador

Ricardo Santos pela qual se estende o salário-educação, que já beneficia o ensino fundamental, para a educação infantil.

Quatro PECs aguardam votação em primeiro turno. Entre elas, uma de autoria do ex-senador Fernando Ribeiro que procura beneficiar os estados com superávit na balança comercial destinando a eles 20% do produto do Imposto de Importação arrecadado pela União.

Da senadora licenciada e ministra do Meio Ambiente Marina Silva (PT-AC), os senadores devem votar, em primeiro turno, PEC que regulamenta a aposentadoria do profissional extrativista vegetal. Os extrati-

vistas passam a ter direito, de acordo com o texto, a se aposentar com cinco anos a menos do que o tempo exigido para os demais trabalhadores, que é de 65 anos de idade, se homem, e 60 anos, se mulher. A Constituição já garante a redução para trabalhadores rurais e para os que exerçam atividades em regime de economia familiar.

Também aguardam votação em primeiro turno PEC do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que inclui a alimentação entre os direitos sociais garantidos pela Constituição e uma do ex-senador Roberto Requião que amplia a competência do Congresso Nacional no caso de aprovação de acordos de comércio exterior.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza
Serys Slhessaenko
Geraldo Mesquita Júnior
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Congresso reabre trabalhos com presença de Lula

Presidente da República fará leitura de sua mensagem na sessão que ocorrerá hoje no Plenário da Câmara dos Deputados, sob o comando do presidente do Senado e do Congresso, José Sarney

O presidente do Senado, senador José Sarney, vai comandar a sessão solene do Congresso para instalação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, que acontece hoje, às 16h, no Plenário da Câmara dos Deputados. O próprio presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, participará da cerimônia e fará a leitura da mensagem presidencial ao Congresso, que costumava ser lida pelo chefe da Casa Civil. O último presidente da República a cumprir esse ritual foi José Sarney, em 1990.

Acompanhando o presidente Lula, o vice-presidente da República, José Alencar, e o ministro da Casa Civil, José Dirceu, serão recebidos pelos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados. Uma comissão de líderes dos partidos representados no Senado e na Câmara será designada por Sarney para conduzir ao Plenário

Composição da Mesa para a sessão solene										
10	8	6	4	2	1	3	5	7	9	11
1	Presidente do Congresso									
2	Presidente da República									
3	Vice-presidente da República									
4	Presidente da Câmara dos Deputados									
5	Presidente do Supremo Tribunal Federal									
6	Deputado Inocêncio de Oliveira, 1º vice-presidente									
7	Senador Eduardo Siqueira Campos, 2º vice-presidente									
8	Deputado Geddel Vieira Lima, 1º secretário									
9	Senador Alberto Silva, 2º secretário									
10	Deputado Nilton Capixaba, 3º secretário									
11	Senador Sérgio Zambiasi, 4º secretário									

o presidente e o vice-presidente da República, que irão participar da sessão de abertura dos trabalhos legislativos ao lado ainda do

presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Marco Aurélio Mello, e de integrantes da Mesa das duas Casas.

Como será a solenidade, passo a passo

No momento em que o presidente do Senado, José Sarney, descer na calçada de acesso à rampa do Congresso Nacional, por volta de 15h30 de hoje, estará começando a solenidade de abertura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, que contará com a presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Após a chegada do presidente, a solenidade prosseguirá com a execução do Hino Nacional pela Banda do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas, ao mesmo tempo em que serão hasteadas as bandeiras das duas Casas legislativas e disparados os 21 tiros de canhão. Em seguida, José Sarney será recebido pelo comandante da Guarda de Honra e passará em revista a tropa.

Ao pé da rampa, Sarney será recepcionado pelos secretários-gerais e diretores das duas Casas. E na primeira plataforma da rampa será recebido pelos líderes dos partidos no Senado e na Câmara. Após os cumprimentos, todos seguem para o Salão Nobre do Senado. Ao longo de todo o trajeto de acesso ao Plenário da Câmara estarão dispostos os Dragões da Independência, os Granadeiros, a Guarda de Honra da Aeronáutica e a Guarda de Honra dos Fuzileiros Navais.

A chegada ao Congresso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e

do vice José Alencar, acompanhados do ministro da Casa Civil, José Dirceu, está prevista para as 15h55. Na entrada do Salão Negro, serão recebidos por José Sarney e João Paulo Cunha, presidente da Câmara, e conduzidos ao Salão Nobre.

Em seguida, José Sarney, acompanhado por João Paulo Cunha, pelo presidente do STF, Marco Aurélio Mello, e pelos demais membros da Mesa, segue para o Plenário da Câmara dos Deputados para abrir a sessão. Depois de formada a Mesa do Congresso, José Sarney designará comissão de líderes dos partidos para conduzir ao Plenário o presidente e o vice-presidente da República.

A Mesa será completada pelos senadores Sérgio Zambiasi (PTB-RS), 4º secretário; Alberto Silva (PMDB-PI), 2º secretário; e Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), 2º vice-presidente; presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha; Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), 1º vice-presidente; Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), 1º secretário; e Nilton Capixaba (PTB-RO), 3º secre-



Soldados do Batalhão da Guarda Presidencial ensaiam a cerimônia em frente ao Congresso

tário. Também sentará à Mesa o presidente do STF, Marco Aurélio Mello. O presidente e o vice-presidente da República sentarão, respectivamente, à direita e à esquerda do presidente do Congresso.

Luiz Inácio Lula da Silva entrega, então, a sua mensagem ao presidente do Congresso, que declarará instalados os trabalhos da primeira sessão legislativa. Após nova execução do Hino Nacional, José Sarney anuncia que o presidente da República fará seu discurso. O ensaio da cerimônia de abertura foi realizado na sexta-feira na rampa do Congresso, coordenado pelo Batalhão da Guarda Presidencial, e contou com a participação de diretores do Senado. O cerimonial apenas sofrerá mudanças se houver chuva.

Mensagens marcam a cerimônia, desde 1826

O próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva fará hoje a leitura de sua mensagem anual ao Congresso.

Desde que o Poder Legislativo funciona no Brasil (1826), a abertura dos trabalhos do Congresso é marcada pelo recebimento e leitura da mensagem da autoridade máxima do governo. Naquele

tempo, era o imperador. Hoje é o presidente da República que envia um texto expondo a situação do país e os planos do governo.

Esta não será a primeira vez que o chefe do governo comparece ao Congresso para ler a mensagem presidencial. Em 15 de fevereiro

de 1990, o atual presidente do Senado – e à época presidente da República –, José Sarney, compareceu pessoalmente à abertura dos trabalhos do Congresso, em uma demonstração de respeito pelo Legislativo. A presença de Sarney foi interpretada também como forma de saudar a redemocratização pela qual o país pas-

sava. Em 15 de março seguinte assumiria o primeiro presidente eleito pelo voto direto depois de 21 anos de regime militar.

No Arquivo do Senado está o maior acervo das mensagens originais, contendo quase todos os textos do gênero produzidos durante o Império e todas as 112 do Brasil República. A mais antiga dessas mensagens, de 1826, é assinada por dom Pedro I e foi manuscrita, como todas as demais do Império. Chamadas de “Falas do Trono”, as mensagens ao Legislativo eram lidas pelo imperador no primeiro dia de trabalho da Assembléia Nacional, onde existia um trono reservado para o imperador. A sessão inaugural era denominada de Sessão Imperial. O Arquivo guarda essas mensagens



O Arquivo do Senado abriga as mensagens dos chefes do Poder Executivo

em um volume único, e a coleção se estende até o ano da Proclamação da República, 1889.

A mais antiga da República, de junho de 1891, assinada pelo marechal Deodoro da Fonseca, tem 22 páginas, e nela o primeiro presidente do Brasil defende a adoção de reformas urgentes para o país, afirmando que a recente proclamação da República completa “a homogeneidade política da América Meridional e inicia na Pátria o *regimen* de governo do povo, pelo povo...”.

Já a mensagem do ex-presidente Getúlio Vargas, de 1951, pede a cooperação dos parlamentares e manifesta a confiança do governo “no labor objetivo e fecundo do Congresso”. Não sem citar a necessidade de colaboração “entre as atividades privadas e o Estado, e entre os empregados e empregadores, tendo em vista os supremos interesses da nação”.

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso foi responsável pela última mensagem direcionada ao Congresso, em 2002. Ele se tornou recordista no número de textos, em função dos anos em que exerceu o cargo, tendo preparado oito mensagens, sempre encaminhadas pelo ministro da Casa Civil.

Uma das mais longas mensagens até hoje encaminhadas ao Congresso Nacional, o texto de Juscelino Kubitschek, de 1956, tem 338 páginas e poderá servir como referência na elaboração do texto que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva irá ler no Plenário. Cópia digitalizada desse texto foi solicitada pelo Palácio do Planalto ao Arquivo do Senado.

Permissão de saque do FGTS pode ser ampliada

Comissão de Assuntos Sociais estuda projetos estabelecendo seis novas situações em que o trabalhador poderá usar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Matérias podem ser reunidas para tramitação conjunta

Projetos em tramitação no Senado abrem a possibilidade de movimentação dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) pelo trabalhador titular da conta vinculada em seis novas situações: pagamento de cirurgias, aquisição de automóvel, aquisição de microcomputador, amortização de empréstimo do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), abertura ou expansão de empreendimento próprio por desempregados e pagamento de prestações atrasadas dos financiamentos habitacionais.

Os projetos foram apresentados pelos senadores Osmar Dias (PDT-PR) e Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) e pelos então senadores Ricardo Santos (PSDB-ES) e Waldeck Ornélas (PFL-BA). As proposições estão sendo examinadas separadamente na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), mas poderão ter tramitação conjunta se aprovado requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que aguarda inclusão em ordem do dia para ser votado pelo Plenário.

O projeto mais antigo, apresentado por Osmar Dias em novembro de 2000, terá precedência so-

bre os demais em caso de tramitação conjunta. O senador pelo Paraná quer a permissão para saque do FGTS para pagamento de cirurgias do trabalhador ou de qualquer de seus parentes de primeiro grau, ascendente ou descendente, desde que não se trate de cirurgia estética sem indicação médica ou cirurgia experimental.

Mozarildo Cavalcanti propõe que o FGTS possa ser usado para compra de automóvel para uso pessoal ou familiar, mas estabelece regras para o saque. O veículo somente poderá ser adquirido caso o titular da conta do FGTS já possua residência própria, devidamente registrada em seu nome ou do cônjuge; é vedada a aquisição de veículos utilitários, de transporte coletivo ou de táxis; o veículo não poderá ter mais de três anos de uso ao ser adquirido e somente poderá ser vendido após cinco anos.

Os projetos de Ricardo Santos permitem a utilização dos recursos do FGTS para pagamento de parcelas de empréstimo concedido pelo FIES e para aplicação em empreendimento próprio em caso de desemprego. As proposições de Waldeck Ornélas possibilitam



a aquisição de microcomputador de uso pessoal e o pagamento de prestações, vencidas ou por vencer, de financiamento habitacional do Sistema Financeiro de Habitação (SFH).

A Lei 8.036, de maio de 1990, que regulamenta o FGTS, estabelece entre as possibilidades de movimentação da conta vinculada pelo trabalhador, as seguintes: despedida sem justa causa, extinção total da empresa, aposentadoria, pagamento de prestações do SFH, aquisição de moradia própria, casos de neoplasia maligna (câncer) do trabalhador ou dependente e aplicação em quotas de fundos mútuos de privatização.

CCJ volta a discutir sistema cooperativista

As mudanças propostas no sistema cooperativista nacional devem voltar a ser discutidas na retomada dos trabalhos da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) devolveu à CCJ o projeto de autoria do senador Osmar Dias (PDT-PR), cumprindo assim a determinação regimental de final de legislatura.

Suplicy havia pedido vistas do projeto na última reunião da CCJ, no ano passado. O senador queria debater melhor a proposta formulada por Osmar Dias que mantém o chamado "princípio da unicidade de representação", reconhecendo apenas uma organização nacional de cooperativas e uma representação do cooperativismo em cada estado.

Atualmente, não existe essa obrigatoriedade legal. A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) responde pela maioria dessas entidades, mas existem cooperativas não filiadas a ela. Suplicy apresentou projeto em que defende a au-



Osmar Dias propõe mudanças nas normas de organização das cooperativas

tonomia de filiação, mas na tramitação na CCJ acabou apensado ao de Osmar Dias. Na nova legislatura, Suplicy poderá apresentar requerimento de audiência pública ou voltar a pedir vistas, segundo informações obtidas na liderança do PT.

As divergências sobre a unicidade do sistema de representação das cooperativas tornaram-se o aspec-

to mais polêmico das alterações propostas por Osmar Dias, mas o texto em tramitação na CCJ apresenta outras novidades importantes. Uma delas amplia a definição do que venha a ser o ato cooperativo e com isso pretende garantir a isenção tributária para as cooperativas. Esse tratamento diferenciado para as cooperativas foi vetado na minirreforma tributária proposta na Medida Provisória nº 66.

Outra inovação do projeto de Osmar Dias é a possibilidade de as cooperativas abrirem o seu capital, da mesma forma como o fazem as empresas, mediante emissão, autorizada por assembleia geral, de Certificados de Aporte de Capital. De acordo com a justificativa do projeto, os compradores desses papéis não teriam a condição de associado, mas apenas uma remuneração, fixa ou por percentual, sobre os ganhos do negócio efetuado. A sua participação nas atividades de interesse da cooperativa ocorreriam na forma de contratos de parceria.

CRE vai examinar indicações de Lula para embaixadas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deve retomar suas atividades examinando 14 indicações para chefes de embaixadas e representantes do país em órgãos internacionais. Destas, cinco foram feitas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e as demais assinadas pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. As mensagens aguardam leitura em Plenário para que sejam encaminhadas ao exame da CRE.

O presidente Lula indicou o diplomata Carlos Augusto Rego Santos Neves para a embaixada brasileira na Rússia; Luiz Augusto Saint-Brisson de Araujo Castro para a embaixada no México; Antonio Augusto Dayrell de Lima, para delegado permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco); Osmar Vladimir Chohfi para, cumulativamente com o cargo de embaixador na Espanha, passar a exercer o cargo no Principado de Andorra; e o ex-ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Silva Amaral, para chefiar a embaixada brasileira na França.

Lula também enviou duas mensagens solicitando a retirada de indicações feitas no final do ano passado — a do diplomata Antonio Augusto Dayrell Lima, para a embaixada em Cuba e a de Marcos Caramuru Paiva, para a embaixada brasileira no Canadá.

Deve ser secreta a reunião da comissão em que serão argüidos os indicados à chefia de missão diplomática de caráter permanente. A comissão tem prazo não inferior a três dias após receber a mensagem para chamar os indicados à

argüição. A votação, determina a Constituição, também é secreta.

Os aprovados pela CRE devem ser submetidos ainda a exame do Plenário, novamente em escrutínio secreto, mas pelo sistema eletrônico. Exige-se maioria simples de votos para que seja aprovada a indicação feita pelo presidente da República. Isso significa que o indicado deve obter a maioria dos votos, sendo necessária a presença da maioria absoluta dos senadores.

INDICADOS

Os demais indicados a serem sabinados pela CRE são: Carlos Alberto Ferreira Guimarães, para acumular o cargo de embaixador na Nigéria com o de embaixador em Benin; Sérgio Eduardo Moreira Lima, para acumular a embaixada em Israel com a embaixada no Chipre; Mauro Luiz Iecker Vieira, para acumular a embaixada na Suíça com a no Principado de Liechtenstein; César de Faria Domingues Moreira, para a Islândia, acumulando com o cargo que já exerce na Noruega; José Augusto Lindgren Alves, para acumular a chefia da embaixada na Bulgária com a na Macedônia; Orlando Galvêas Oliveira para, juntamente com o cargo de embaixador em Barbados, exercer o de embaixador junto à Federação de São Cristóvão e Névis; Tomaz Maurício Guggenheim, para acumular a embaixada em Gabão com a embaixada em São Tomé e Príncipe; Ricardo Luiz Viana de Carvalho, para acumular a embaixada em Suriname com a embaixada em Santa Lúcia; e Vera Pedrosa Martins de Almeida, para acumular a embaixada na Dinamarca com a embaixada na Lituânia.

Suplicy apresenta o Fome Zero em Londres

Senador faz ressalvas à forma de fiscalização dos beneficiários por comitês municipais, qualificando a medida como “espionagem”

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) proferiu, na última quarta-feira, palestra na London School of Economics, sobre o seu livro *Renda de Cidadania: A Saída é pela Porta* e sobre o tema “O Programa Fome Zero e a tendência em direção a uma renda básica no Brasil”. Na oportunidade, o senador fez críticas à forma como o Fome Zero vem sendo administrado pelo ministro José Graziano.

Suplicy fez restrições à maneira como os beneficiados pelo programa devem comprovar que estão utilizando os recursos na compra de comida. O parlamentar – que compareceu à London School a convite de Peter Townsend, professor do Departamento de Política Social da instituição inglesa – contestou a proposta de criação de comitês municipais para conferir como as pessoas fazem uso do dinheiro. Ele



Sucesso do programa requer que governo confie nas famílias, afirma Suplicy

qualificou como “espionagem” a medida e disse que o governo deveria evitar fazê-lo em nome do combate à fome.

O senador propôs que os comitês desejados por Graziano sejam implantados em duas cidades, e em outras duas, do mesmo porte, as famílias sejam desobrigadas a prestar contas dos seus gastos. Depois de seis meses, os resulta-

dos seriam comparados para ver qual método é o mais eficiente. Suplicy revelou que a idéia foi apresentada ao presidente Lula, que se mostrou interessado.

– O ministro José Graziano está mais flexível em relação a sua posição original, que era bastante rígida. A erradicação da fome e da pobreza pode ser feita sem que se obriguem as famílias a demonstrar no que vão gastar o dinheiro. O sucesso do programa Fome Zero passará pela confiança que o governo terá nas próprias famílias beneficiadas – afirmou.

Em sua viagem à Inglaterra, Suplicy encontrou-se com parlamentares e ministros da Câmara dos Comuns, a convite da representante Jane Townsend, esposa do professor Peter Townsend. O senador também conversou com o vice-ministro britânico, Bell Rammell, sobre o Brasil e a América Latina. Rammell estava interessado em saber como a sociedade brasileira está reagindo ao governo Lula e o que espera do governo petista.

Jefferson: governo do PT é esperança de solidariedade

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) acha que o governo do PT é uma das últimas esperanças de implantação no Brasil de um projeto político baseado na solidariedade, na ética e nos valores humanistas.

– É uma chance histórica, que não pode ser desperdiçada. É preciso um compromisso sólido com a honestidade, a solidariedade e a ética, em substituição a uma desumana sociedade de consumo e a um ambiente político baseado no interesse pessoal ou de grupos – disse o senador.

Jefferson acredita que os índices de corrupção no setor público no Brasil, por exemplo, não significam que os brasileiros são naturalmente mais corruptos do que europeus ou norte-americanos.

– Claro que não é isso. O problema brasileiro é que as instituições ainda são frágeis demais, e nesse caso prevalece uma tolerância com a corrupção e a sonegação fiscal que é histórica. Nos Es-

tados Unidos, se um Bill Gates, se a filha ou filho de um presidente da República sonegar ou roubar, vão presos, não há contemplação. Aqui, ainda há uma enorme impunidade quando o crime é cometido por alguém da elite – disse.

O senador acredita que o dinheiro público roubado no Brasil nos últimos 50 anos seria suficiente para erradicar a miséria do país. E deu um exemplo: foram encontrados US\$ 33 milhões em contas numeradas na Suíça em nome de funcionários do estado do Rio de Janeiro.

– Se os fiscais obtiveram propinas neste valor, a sonegação que acobertaram deve atingir pelo menos a US\$ 300 milhões – avaliou ele.

Segundo Jefferson Péres, a cultura da tolerância permite, por exemplo, que até hoje existam parlamentares que apresentam emendas ao Orçamento, que resultam em obras em sua base, e que serão executadas por emprei-



Jefferson Péres acredita que dinheiro desviado nos últimos 50 anos poderia erradicar miséria

teiras que pertencem a eles mesmos, de forma superfaturada, em conluio com prefeitos.

– Isso foi bastante reduzido e controlado, mas ainda existe – observou.

O senador acrescentou que a sonegação, por exemplo, é um crime gravíssimo, mas no Brasil é visto como “crime menor”.

– A sonegação tem que ser punida com a máxima severidade, com cadeia, porque é toda a sociedade que está sendo roubada, são hospitais e escolas que deixam de ser construídos – finalizou.

Borges critica composição do Conselho de Desenvolvimento

O senador César Borges (PFL-BA) criticou o recém-instalado Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, criado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para debater as reformas prioritárias e buscar consenso entre representantes da sociedade ci-



Falta representação do Nordeste, Norte e Centro-Oeste, diz César Borges

vil. Para César Borges, o conselho carece de critérios objetivos para sua composição e tem como grande falha a ausência de representantes das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

– Muito mal, o conselho pode representar o pensamento do governo ou de uma certa elite institucional do país. Tudo se concentrou à volta de São Paulo, suas entidades e seus interesses. O conselho poderia até cumprir um papel correto no cenário institucional do país, caso houvesse critérios de pluralidade para a indicação dos membros – afirmou Borges.

O senador criticou ainda o fato de o ministro Ciro Gomes, da Integração Nacional, não participar do conselho, o que, para ele, “comprova o desinteresse do governo federal em discutir o desen-

volvimento das regiões mais pobres do país no âmbito deste novo organismo”. Ele reclama também a ausência de representantes de setores econômicos relevantes para o Nordeste, como a agricultura irrigada e o turismo, de acadêmicos volta-

dos para o estudo da pobreza e de organizações não-governamentais dedicadas à defesa do Rio São Francisco. Com a hegemonia do Sudeste, o senador questiona a sensibilidade do conselho para discutir as diferenças regionais do país, “que estão na base da pobreza brasileira”.

O colegiado foi criado no âmbito da Medida Provisória (MP) nº 103, no primeiro dia do governo Lula. No seu artigo 8º, a MP estabelece que o fórum será composto por membros do governo e 82 componentes escolhidos pelo presidente entre “cidadãos brasileiros, e respectivos suplentes, maiores de idade, de ilibada conduta e reconhecida liderança e representatividade”. A proposta legal não define critérios de proporcionalidade.

Assentamentos rurais podem ter investimentos

Projeto que estabelece prioridade para os investimentos públicos em infra-estrutura nos assentamentos rurais aguarda deliberação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta, que obteve parecer favorável do relator, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), tem como objetivo garantir aos pequenos produtores oportunidades de melhoria social e econômica, além de reduzir a migração para os centros urbanos.

O senador licenciado Álvaro Dias (PDT-PR), autor do projeto, citou dados apresentados em 10 de fevereiro de 2002 pelo então ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, segundo os quais o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) aplicou R\$14,4 bilhões no plantio e custeio da safra, e o governo distribuiu R\$ 337,5 milhões em créditos para



Álvaro Dias defende prioridade de gastos com infra-estrutura em projetos de reforma agrária

instalação e infra-estrutura dos assentados.

Contudo, Álvaro Dias acredita que mesmo considerando o esforço efetuado pelo governo anterior, o problema é tão grave que exige que sejam realizados, ao longo de muitos anos, substanciais investimentos em infra-estrutura para que os assentados possam desenvolver-se e progredir como produtores rurais.

Sarney defende exame imediato das reformas

Propostas sobre mudanças nas áreas política, previdenciária e tributária devem ser enviadas logo pelo Executivo para que sejam debatidas pelos parlamentares, afirma o presidente do Senado

As reformas política, previdenciária e tributária devem ser debatidas com prioridade pelo Congresso e, por esse motivo, precisam ser enviadas o mais rápido possível pelo Executivo para exame dos parlamentares, afirmou o presidente do Senado, José Sarney. "Eu acho que será muito bom para o país, para o povo, ver as três reformas sendo estudadas e debatidas; com isso, vamos levantar o debate político no Brasil", observou.

A inclusão da reforma política

na lista de prioridades é importante, segundo Sarney, pois, para ele, essa reforma é a principal para o Parlamento. Sarney já determinou o levantamento de todas as matérias relativas à reforma política que tramitam no Senado e na Câmara, com objetivo de examinar e incluir o tema na pauta de debates do Congresso. O presidente do Senado disse ainda que pretende procurar o



Sarney determinou o levantamento de todas as matérias sobre reforma política

João Paulo Cunha, para propor uma ação conjunta das duas ins-

tituições nessa questão.

As instituições políticas brasileiras, segundo afirmou Sarney em entrevista à Agência Câmara, datam do século 19 e precisam ser modernizadas, o que se refletirá em novas regras no processo eleitoral.

Hoje o Congresso retoma seus trabalhos legislativos, e o principal tema da mensagem presidencial aos parlamentares será o apelo que fará o presidente Luiz Inácio Lula da Silva aos deputados e senadores sobre a necessidade de aprovação das reformas

constitucionais. A sessão conjunta solene de abertura dos trabalhos do Congresso está marcada para as 16h, com a presença do presidente Lula e do vice-presidente, José Alencar.

O Senado fará sua primeira sessão desta 52ª Legislatura às 14h30 de amanhã. A sessão será não-deliberativa, destinada a discursos e comunicações dos senadores. Nesta quarta-feira, no mesmo horário, haverá sessão plenária deliberativa, para votação de matérias incluídas na ordem do dia.

Jucá condiciona a prorrogação da CPMF

O senador Romero Jucá (RR), vice-líder do PSDB, partido que se declarou em oposição ao governo Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou na sexta-feira, em entrevista à imprensa, que a proposta do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, de prorrogar a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) por mais um ano "pode até ser discutida, mas desde que o dinheiro seja também redistribuído aos estados e municípios".

Atualmente, os R\$ 20 bilhões de receita do "imposto do cheque" ficam unicamente com a União e, mesmo assim, a alíquota de 0,38% será reduzida para 0,08% em 1º de janeiro de 2004. No ano passado, quando o Congresso votou a prorrogação da CPMF até o final de 2003, os parlamentares que integravam a oposição (hoje governo) ponderaram que a alíquota de 0,08% teria apenas "valor simbólico", lembrou o senador. Assim, o objetivo seria o de permitir que a Receita Federal obtivesse informações sobre grandes movimentações, para identificar sonegadores.

COMPLEXIDADE

Romero Jucá afirmou ainda que o PT no governo "vem descobrin-



Romero Jucá: recursos deveriam ser redistribuídos aos estados e municípios

do" que as propostas do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso na área tributária e previdenciária "estavam corretas". Para ele, o governo atual, "além de proclamar que não dá para administrar a União sem a CPMF, agora diz que o projeto de Lei Complementar nº 9 é ideal para iniciar a reforma da Previdência". O PLC 9, cuja votação na Câmara parou por conta de destaques do PT — durante o governo de FHC —, cria a previdência complementar para os novos funcionários públicos e limita a aposentadoria paga pelo Estado ao teto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), atualmente em R\$ 1.561,00.

— Os jornais noticiam que o governo quer começar a reforma da Previdência aprovando o PLC 9 do governo Fernando Henrique Cardoso. Isso coincide com a posição do PSDB e daremos apoio para que a votação do projeto seja concluída. O governo anterior tentou isso por três anos e o PT não deixou. No entanto, queremos ver o resto das propostas de mudança na Previdência que o Lula tanto defendeu. Não pode ficar só no PLC 9 — afirmou Jucá.

Conforme o vice-líder do PSDB, o PLC 9 tem o mérito de resolver o problema da previdência pública pelo menos para quem entrar agora no serviço público.

— No entanto, como fica a situação dos atuais funcionários? A palavra está com o governo Lula.

Jucá observou que os problemas da Previdência no Brasil "são complexos demais e só agora o PT se dá conta disso". Para ele, o problema não se resume aos gastos com aposentadorias do serviço público. Dos 66 milhões de trabalhadores do país, só 26 milhões pagam INSS e os outros 44 milhões em nada contribuem, informou. "O que fazer com esses 44 milhões de brasileiros quando eles chegarem aos 65 ou 70 anos?"

Paim depõe em favor de aposentados e pensionistas

Hoje, às 8h30, o 1º vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), vai ao Conselho de Justiça Federal prestar "depoimento de solidariedade" em favor de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O compromisso foi firmado na sexta-feira com o presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), João Resende Lima, recebido em audiência por Paim.

A categoria reivindica na Justiça o ressarcimento por uma perda de 17,12% no valor dos benefícios superiores a um salário mínimo (R\$ 200), acumulada entre 1997 e 2001, e a adoção do Índice Geral de Preços — Demanda Interna (IGP-DI) para correção dessas aposentadorias e pensões. Segundo relatou Paim, os inativos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário já tiveram direito a essa compensação, que não teria sido concedida, no entanto, ao pessoal vinculado ao regime geral de previdência.

— Vamos dialogar com o Judiciário sobre a importância dessa decisão, que tem gerado expectativa em cerca de oito milhões de

aposentados e pensionistas no país — declarou Paim. Atuando em defesa dos idosos ao longo de seus 20 anos de vida pública, Paulo Paim afirmou que, independentemente do impacto no caixa da Previdência, se esse pleito for considerado legal, não será possível descumprir-lo. "O próprio presidente Lula assumiu em campanha o compromisso de respeitar todos os contratos", lembrou Paim.

A causa dos aposentados e pensionistas do INSS deverá ter o julgamento presidido pelos ministros César Rocha e Rui Rosado, do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Se a sentença for favorável, deverá gerar jurisprudência e ser seguida pelas instâncias inferiores da Justiça, que já vêm acatando a reivindicação, segundo o presidente da Cobap. Além de garantir o ressarcimento da perda acumulada, João Resende Lima diz que a medida vai evitar a contínua defasagem dos benefícios. "Se for mantida a atual política de reajuste, quem contribuiu sobre vinte salários mínimos vai estar recebendo um salário mínimo daqui a sete anos", previu.

Mudança na Previdência tramita desde 99

O Projeto de Lei Complementar nº 9 foi enviado à Câmara dos Deputados em 1999. O texto trata da implantação de um novo regime de previdência para os servidores públicos ocupantes de cargos efetivos na administração direta, autarquias e

fundações da União, estados e municípios. O projeto, que é de iniciativa do governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, foi relatado pelo deputado Robson Tuma Jr. (PFL-SP). Devido à importância do assunto, os líderes partidários na Câmara cri-

aram uma comissão especial para dar parecer sobre a proposição.

Desde janeiro de 2000, o projeto está sendo discutido no Plenário da Câmara, onde recebeu 57 emendas. Faltam apreciar três destaques para que a votação seja retomada.



Paulo Paim assumiu compromisso com o presidente da Cobap, João Resende Lima

Fátima Cleide pede ajuda para solucionar crise em Rondônia

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) pediu, em audiência com os ministros José Dirceu, da Casa Civil, e Márcio Thomaz Bastos, da Justiça, providências em favor da normalidade institucional em Rondônia, onde há uma crise entre o governador Ivo Cassol (PSDB) e a Assembléia Legislativa.

Fátima Cleide acompanhou o governador nos encontros com os ministros, quando foi entregue dossiê com denúncias contra o presidente eleito da Assembléia, deputado Carlão de Oliveira (PFL-RO), parlamentares aliados a ele e até funcionários.

Segundo a senadora, entre os documentos do dossiê estão fitas de vídeo que comprovam a participação do deputado Carlão de Oliveira em um incêndio no setor financeiro da Assembléia, em 2001, para impedir que o Ministério Público tivesse acesso a documentos e disquetes.

— O ministro da Justiça disse que é contrário a uma intervenção, que considera um processo



Fátima Cleide disse que governador entregou denúncias a José Dirceu e Thomaz Bastos

difícil, a menos que haja provas contundentes e uma crise institucional insolúvel. Mas prometeu providências para que a situação não chegue ao ponto em que chegou no Espírito Santo, onde havia uma quadrilha controlando o Legislativo — disse Fátima Cleide.

O governador Ivo Cassol acusa o ex-presidente da Assembléia, Natanael Silva, e o recém-eleito, Carlão de Oliveira, de descumprimento do Regimento Interno, ao negar-se a nomear para a Mesa e para comissões os deputados que não fazem parte de seu grupo, e trabalhar para impedir a adoção de medidas saneadoras no estado.

Projeto de Sarney legaliza imóveis da Igreja no DF

A Arquidiocese de Brasília poderá regularizar três dos imóveis que ocupa há mais de 42 anos na Asa Sul do Plano Piloto, se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado aprovar projeto de autoria do senador José Sarney (PMDB-AP) que garante a doação dos imóveis à Mitra Arquidiocesana do Distrito Federal.

O parecer do relator, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), é favorável ao projeto. Se a matéria for aprovada pela CCJ, e não houver recurso para votação no Plenário, será encaminhada diretamente à apreciação da Câmara dos Deputados, já que tramita em caráter terminativo.

A iniciativa do senador José Sarney tem por objetivo cumprir uma obrigação assumida pelo então presidente Juscelino Kubitschek, na época da inauguração de Brasília, de assegurar condições para o funcionamen-

to da Igreja Católica na nova capital do país. Os três imóveis foram cedidos pela Caixa Econômica Federal. Mas, segundo informações contidas na justificativa do projeto, a Arquidiocese nunca foi convocada para assinar qualquer documento.

Em seu parecer, o senador João Alberto Souza informa que os imóveis foram doados à União pela Caixa. Por sua vez, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão editou a Portaria nº 140, datada de 30 de junho de 2000, que autoriza a cessão dos imóveis à Mitra Arquidiocesana de Brasília, sob a forma de utilização gratuita para uso da cessionária em suas atividades institucionais. Considera, assim, que a doação legal proposta pelo atual presidente do Senado “resolveria definitivamente a questão”, assegurando a posse e a propriedade para a Arquidiocese.

Ideli quer CPI para apurar remessa ilegal de dólares

Senadora catarinense inicia hoje coleta de assinaturas necessárias para propor instalação da comissão parlamentar de inquérito

Uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) com a finalidade de investigar a remessa de dólares para contas bancárias em paraísos fiscais poderá ser criada pelo Senado no início desta sessão legislativa. A criação da CPI deve ser proposta pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC), que, segundo informou, já tem o apoio do líder do PT, senador Tião Viana (AC). Ela começa hoje a coletar as 27 assinaturas necessárias à instalação da comissão. A estimativa é que, somente entre 1996 e 1999, US\$ 30 bilhões foram remetidos ilegalmente para o exterior, afirmou a senadora.

Ideli Salvatti presidiu na Assembléia Legislativa de Santa Catarina a CPI da Sonegação Fiscal e a CPI das Letras. Ela dispõe de uma lista de telefones sobre os quais não obteve autorização judicial para quebrar o sigilo, e que pretende investigar agora, pois estão ligadas a remessas de dólares através de contas CC-5. A senadora disse que chegou a trazer a lista ao Senado durante os trabalhos da CPI dos Precatórios, mas, acrescentou,



Gerardo Magela

Ideli Salvatti presidiu na Assembléia Legislativa catarinense duas comissões de inquérito

— não conseguiu fazer o rastreamento desejado porque o então senador Esperidião Amin, membro da comissão de inquérito, teria impedido que alguns números fossem investigados.

Citando reportagens de jornais e revistas sobre a remessa irregular de dólares para o estrangeiro, Ideli informou que deseja saber por que deixaram de ser adotadas medidas e providências sugeridas por relatórios finais de outras CPIs

que investigaram o sistema financeiro. Segundo ela, medidas para facilitar o acesso do Ministério Público a relatórios do Banco Central e para repatriamento de recursos no exterior foram sistematicamente ignoradas.

— O Senado não pode se omitir sobre isso. Essa é uma questão recorrente em todas as investigações: de onde vem e para onde vai esse dinheiro? — ressaltou a senadora.

Saturnino propõe mais controle sobre contas CC-5

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) defendeu maior controle sobre as contas CC-5, usadas para envio de dinheiro ao exterior, alegando que essas contas são utilizadas, muitas vezes, para a lavagem de dinheiro. “É absolutamente indispensável ter um controle maior, apertar o cerco da fiscalização sobre essas contas, porque é através delas que muito dinheiro sai para o exterior, oriundo de fontes ilícitas, e vai procurar sua lavagem num desses pontos privilegiados do mundo que executam esse procedimento”, afirmou.

Para o senador, está na hora de o Congresso voltar a discutir projeto de sua autoria estabelecendo que transferências internacionais de recursos por não-residentes no Brasil (contas CC-5) somente poderão ser feitas, no máximo, por seis instituições financeiras sediadas no Brasil e credenciadas para este fim no Conselho Monetário Nacional (CMN). A proposta, apresentada em novembro de 1999,

durante os trabalhos da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigou o sistema financeiro nacional, tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De acordo com o projeto, o Executivo deverá regulamentar a futura lei 90 dias após sua publicação. Na justificativa da proposta, Saturnino alega que a CPI do Sistema Financeiro constatou que as remessas pelas CC-5 têm gerado

enormes prejuízos ao país. O projeto, acrescenta, “busca estabelecer instituição específica que trate das contas CC-5 a fim de evitar que o Brasil se transforme em centro mundial de lavagem de dinheiro”.

O limite de no máximo seis instituições encarregadas das contas CC-5, segundo o senador, facilitará o controle das remessas ao exterior e permitirá melhores condições de acompanhamento pelo governo.



Célio Azevedo

Projeto de Roberto Saturnino impõe mais rigor no envio de dólares encontra-se na CCJ

Maguito defende projeto que aumenta recursos do Fundef

Senador dá parecer favorável a proposta que altera a legislação sobre o fundo, elevando o valor mínimo nacional por aluno

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) apresentou à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) parecer favorável a projeto de lei que tem como objetivo básico elevar o valor mínimo nacional por aluno, anualmente calculado pela União, no rateio dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e de Valorização do Magistério (Fundef). Os recursos são repassados pelo Ministério da Educação para toda a rede pública do ensino fundamental dos estados e municípios.

Para impedir livre interpretação do parágrafo 1º do artigo 6º da Lei 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que criou o Fundef, a proposta, apresentada em março de 2002 pelo então senador Carlos Bezerra, estabelece critérios rígidos no cálculo do valor mínimo por aluno, a ser repassado para as escolas, com o fim de evitar que as dotações sejam reduzidas de forma artificial, prejudicando a educação no país.

Maguito Vilela diz, em seu parecer, que se essa nova determinação, sem outras interpretações, tivesse sido aplicada nos últimos anos, o valor mínimo do Fundef estabelecido por aluno em 1998 – quando o fundo entrou em operação – seria de R\$ 419, em vez dos R\$ 315 fixados pelo governo federal, o que significaria mais R\$ 2 bilhões para as escolas do ensino fundamental municipais e estaduais de todo o país.

Em 1999, de acordo com cálculo considerado correto pelo relator da matéria, as escolas do ensino fundamental teriam recebido mais R\$

Valores do Fundef liberados por aluno/ano		
Os recursos do Fundef são distribuídos entre estados e municípios com base no número de estudantes matriculados em cada uma de suas redes escolares. Veja abaixo o valor anual liberado por aluno		
em R\$		
Ano	1ª a 4ª série	5ª a 8ª série
1998	315,00	315,00
1999	315,00	315,00
2000	333,00	349,65
2001	363,00	381,15
2002	418,00	438,90
2003	446,00	468,30

Fonte: Ministério da Educação



Maguito Vilela diz que forma atual de cálculo não atende à intenção do legislador

3 bilhões do que realmente receberam. Em 2001, ele explica, o presidente da República teria fixado, pelos critérios propostos, um valor mínimo por estudante de R\$ 530 e não de R\$ 363 como o que foi fixado para os alunos da 1ª à 4ª séries, e de R\$ 381,15 para os da 5ª à 8ª séries.

Segundo a proposta acatada pelo parecer do relator, o parágrafo

fo em questão passaria a ter o seguinte teor: “O valor mínimo anual por aluno será fixado por ato do presidente da República e nunca será inferior à razão entre a previsão da receita nacional total para os fundos e a matrícula nacional total do ensino fundamental no ano anterior, acrescida do correspondente total estimado de novas matrículas”. O projeto de lei estabelece ainda que, no caso de repasses de valores menores do que o indicado na forma de cálculo definida, serão os gestores enquadrados em crime de responsabilidade.

A redação atual não traz a expressão “nacional” e emprega a palavra “fundos”, em vez de “fundo”. Isso permite que o Ministério da Educação faça o cálculo baseando-se na arrecadação de cada estado e no número de matrículas local, explica o senador. Essa, diz Maguito, não era a intenção do legislador, que queria, exatamente, promover redução das disparidades regionais de renda.

Conselho debate radiodifusão comunitária

O Conselho de Comunicação Social retoma seus trabalhos em reunião marcada para hoje, às 14h, tendo como pauta a discussão sobre radiodifusão comunitária, regionalização e qualidade da programação e a Medida Provisória nº 70, de 2002, que trata da participação do capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora. A reunião será realizada na sala 6 da Ala Senador Nilo Coelho.

Os integrantes da comissão – composta por 13 titulares e 13 suplentes, representantes de empre-

sas de comunicação social e da sociedade civil – também vão examinar, durante a reunião, o projeto de lei do Senado que trata do serviço de TV a cabo para incluir canal reservado ao Tribunal de Contas da União, de autoria do então senador Francisco Escórcio. Outro projeto de lei, do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que trata do serviço de TV a cabo, também será discutido pelos membros do conselho.

A introdução da tecnologia digital nos meios de comunicação social também será abordada na reu-

nião, com apresentação de relatório da comissão sobre o serviço de comunicação multimídia e esclarecimentos sobre resolução da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) que aprovou modelos do termo de autorização para exploração desse serviço.

Ao final da reunião, haverá palestra do conselheiro Jorge da Cunha Lima sobre o tema “A televisão pública e o vácuo de legislação”. Preside o Conselho de Comunicação José Paulo Cavalcanti Filho, representante da sociedade civil.

José Cruz



Projeto de Viana atualiza legislação que beneficia aposentados com doenças graves

Viana propõe isentar de IR portador de doença hepática

Os portadores de doenças hepáticas graves e fibrose cística, que freqüentemente necessitam de transplante de fígado, poderão ser isentos do pagamento do Imposto de Renda. Com esse objetivo, o projeto de autoria do senador Tião Viana (PT-AC), líder do PT, atualiza a legislação que concede esse benefício fiscal aos aposentados com enfermidades graves e a portadores de uma série de doenças.

O parecer do senador Jefferson Péres (PDT-AM), favorável ao projeto, será analisado, em caráter terminativo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), no retorno dos seus trabalhos. Jefferson Péres salientou, em seu relatório, que a medida não trará impacto sobre a receita fiscal, estando de acordo com as leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Na explicação contida no parecer do relator, a proposta de Tião Viana, ao mesmo tempo

que concede nova isenção tributária, extingue o benefício aos portadores de tuberculose ativa e de hanseníase. O autor do projeto explica que essas são doenças curáveis nos dias atuais, com tratamento gratuito garantido na rede de saúde pública. No entanto, a proposta de extinção do benefício só valerá nos casos de novos pedidos de concessão.

Uma outra novidade do projeto de Tião Viana é especificar os distúrbios mentais que podem ser beneficiados com a isenção do Imposto de Renda. O texto propõe a substituição da expressão “alienação mental” por “transtorno mental orgânico, retardo mental, esquizofrenia e transtorno delirante”.

Como tramita na CCJ em caráter terminativo, se aprovado na comissão o projeto seguirá diretamente para análise da Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso para exame pelo Plenário do Senado.

Número de transplantes de fígado está crescendo

O Projeto de Lei nº 71, de 2001, de autoria do senador Tião Viana (PT-AC), estabelece a isenção do Imposto de Renda dos proventos de transplantados de fígado ou portadores de doenças hepáticas graves. Dados fornecidos pelo Ministério da Saúde informam que há na lista única de espera por um transplante do órgão 3.345 pessoas, pacientes que esgotaram as possibilidades de tratamento clínico e dependem de transplante para sobreviver. Dentre as doenças hepáticas mais graves, que levam à falência do fígado, estão as hepatites B e C e a cirrose.

Número de transplantes realizados nos últimos anos:

1999: 247

2000: 317

2001: 386

2002: 528

Obs.: a partir de 2001 também passaram a ser contabilizados os transplantes feitos com doador vivo.